

SEMINÁRIO INTERNACIONAL : princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da
Justiça Federal*

Em 2004, o Centro de Estudos Judiciários, órgão do Conselho da Justiça Federal, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, concebeu a realização do "Curso de Pós-graduação **lato sensu** em Direito Processual Público", com o apoio das novas tecnologias da educação a distância, de modo a ultrapassar fronteiras e propiciar a formação de uma comunidade de aprendizagem colaborativa, tudo como complementação à atualização e aperfeiçoamento de juízes federais da 1ª instância.

Dispondo de um corpo docente de alto nível, composto de professores titulares e adjuntos da Universidade Federal Fluminense e de outras universidades federais, com um conteúdo programático adequado, fruto das linhas de pesquisa do "Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição", daquela Universidade, resultou o curso em atividade pioneira, sem precedentes no meio jurídico e no universitário.

Para a finalização do curso, como norma do Ministério da Educação, fez-se necessária a efetivação de dois encontros presenciais, em forma de seminários, um realizado em Brasília, em 2004, e este, que tem como signo a conclusão das atividades acadêmicas.

O Seminário que ora se inicia é mais uma das inúmeras ações acadêmicas que vêm sendo executadas em conjunto, desde 1999, ocasião em que foi firmado o primeiro acordo de cooperação técnica entre as duas instituições. De lá para cá, diversas atividades científicas foram desenvolvidas em parceria, dentre as quais, a coordenação da pesquisa "Execução contra a fazenda pública – razões políticas do descumprimento à ordem judicial"; coordenação e execução do seminário "Precatórios na

* Palavras proferidas na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 22.08.2006.

Justiça Federal”; coordenação e realização do curso “Execução contra a Fazenda Pública”; e editoração do livro “Execução contra a Fazenda Pública”.

Vê-se, pois, quão destacada tem sido, nessa parceria, a atuação da Universidade Federal Fluminense, cuja colaboração tem-se revelado de inegável valia para a capacitação, atualização e aperfeiçoamento dos magistrados federais, agentes políticos do Estado, membros de um dos Poderes da República e responsáveis diretos pela efetividade do Estado democrático de direito.

Para o Conselho da Justiça Federal, em particular para o Centro de Estudos Judiciários, essas atividades concorreram para a consolidação do Grupo de Trabalho que desenvolve estudos de uniformização de procedimentos sobre precatórios e requisições de pequeno valor na execução contra a fazenda pública, responsável pela apresentação de diversas sugestões acerca do tema ao Conselho, no que concerne à edição de resoluções e à iniciativa de leis.

Como é sabido, participarão deste seminário, como conferencistas, eminentes autoridades judiciais da Alemanha, França, Portugal, Espanha e Brasil, o que lhe confere um ímpar relevo perante todos os que se interessam pelo Direito Processual Público.

Os debates realizar-se-ão em torno do tema “jurisdição administrativa”, denominação que, na Europa, relaciona-se com a atuação judicial sobre as causas de Direito Administrativo. Esse assunto vem sendo alvo de pesquisas da Universidade Federal Fluminense, desenvolvidas em conjunto com universidades alemãs, com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e com o Conselho da Justiça Federal. O projeto de pesquisa objetiva a determinação dos princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição



administrativa, por meio de análise comparada entre os sistemas “monista” e “dualista” da jurisdição das causas de cunho administrativo. Sabe-se que, no Brasil, o Direito Processual Civil é aplicável, indistintamente, aos litígios de Direito Privado e aos de Direito Público; vale dizer, não há no País uma legislação processual que regule de maneira específica as causas de Direito Público.

Eis por que este seminário, em boa hora, promoverá a discussão sobre as experiências doutrinárias, judiciais e políticas dos países que adotaram, há décadas, o sistema de tutela judicial administrativa e um código processual para os feitos da jurisdição administrativa.

Não é preciso ressaltar a importância do tema a ser aqui versado por tão ilustres juristas e magistrados. A parceria que envolve sólidas e conceituadas instituições, como o Conselho da Justiça Federal e a Universidade Federal Fluminense, está, pois, a alcançar os frutos decorrentes do empenho, dedicação e dinamismo dos seus membros integrantes. Dentre esses frutos, estão – sem dúvida – o aprimoramento e a especialização dos magistrados federais e de todos quantos participem do curso, de forma a assegurar, como se pretende, um pronto e efetivo atendimento aos jurisdicionados e, em última análise, à sociedade brasileira.

Meus cumprimentos, em nome do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, a todos aqueles que contribuíram para o pleno êxito deste seminário.

Obrigado.

